



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS  
Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais

## **JUSTIFICATIVA REF. PROPOSTA DE RESOLUÇÃO QUE “ALTERA O INCISO II DO ART. 2º DA RESOLUÇÃO CNRH Nº 4, DE 10 DE JUNHO DE 1999, PARA REDEFINIR AS COMPETÊNCIAS DA CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS.”**

O processo deliberativo no CNRH é amplamente conhecido por todos. As matérias devem ser encaminhadas ao Secretário Executivo (art. 12, *caput*, do Regimento Interno), e antes de serem submetidas a deliberação do Plenário do Conselho, são analisadas pela câmara técnica competente, passando eventualmente por uma discussão preliminar em grupo de trabalho específico.

Por último, as matérias são analisadas pela Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais – CTIL, a quem cabe verificar “a sua compatibilização à legislação pertinente” (art. 12, § 1º, do Regimento Interno).

Com base nos pareceres da câmara técnica competente e da CTIL, o Plenário do CNRH finalmente emite sua deliberação.

Parte importante no processo deliberativo do CNRH, qualquer que seja a matéria, a CTIL divide com a Câmara Técnica do Plano Nacional de Recursos Hídricos o “título” de ter sido a primeira das dez câmaras técnicas do colegiado a ser instituída, através da Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999, que também estabeleceu as competências da Câmara, em seu art. 2º, inciso II, alíneas “a” e “b”.

A instituição da CTIL ocorreu em um momento em que a gestão de recursos hídricos no País, bem como a estruturação do próprio CNRH, davam seus primeiros passos.

Talvez isso explique o fato de ter recebido somente uma atribuição no ato de sua instituição, a de “acompanhar, analisar e emitir parecer sobre a Legislação Nacional de Recursos Hídricos” (art. 2º, inciso II, alínea “a”), tendo-se optado, à época, por delegar ao regimento interno e ao Plenário do CNRH o estabelecimento de outras atribuições, o que foi previsto na alínea “b” do citado dispositivo legal.

Nesse sentido, as competências da CTIL foram ampliadas. O Regimento Interno em vigor, aprovado pela Portaria da Ministra de Estado do Meio Ambiente nº 377, de 19 de setembro de 2003, estabeleceu para a CTIL, além da atribuição contida no § 1º do art. 12, acima citada, a de analisar proposta de criação de Câmaras Técnicas, bem como suas atribuições e composição (§1º do art. 22); e



**MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**  
**CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS**  
Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais

---

de estabelecer a ordem progressiva da composição das Câmaras Técnicas, caso o número de interessados em delas participar seja superior ao número máximo de vagas existente (parágrafo único do art. 23).

Da análise do Regimento Interno do CNRH pode-se extrair outras atribuições da CTIL em razão daquela prevista no § 1º do art. 12. A título de exemplo, a CTIL deve analisar também a proposta de extinção de Câmaras Técnicas, hipótese prevista no art. 24 do Regimento Interno do Conselho.

De fato, não seria possível para a Resolução CNRH nº 4, de 1999, enumerar com precisão as atribuições da CTIL, especialmente se considerarmos o momento em que ela foi estabelecida. Ainda hoje haveria muitas dificuldades para isso, em razão do papel reservado para a Câmara na estrutura do CNRH. Por isso, é importante a delegação ao Regimento Interno e ao Plenário do Conselho para o estabelecimento de outras competências para aquela Câmara.

Em uma primeira leitura, essa delegação pode parecer estranha, pois “é feita para si mesmo”, na medida em que o CNRH tem a atribuição de aprovar seu regimento interno (art. 7º do Decreto nº 4.613, de 11 de março de 2003) e pode alterar suas Resoluções através de outro ato da mesma natureza. No entanto, é prática corriqueira em colegiados, por ter uma finalidade didática, fazendo com que o leitor da norma, especialmente aquele com menos conhecimentos no campo jurídico, não se limite à leitura da referida norma, razão pela qual sua manutenção é importante.

No entanto, hoje conhecemos bem o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e o papel reservado à sua Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais, o que nos permite descrever melhor suas atribuições.

Por isso, propomos a alteração do inciso II do art. 2º da Resolução nº 4, de 10 de junho de 1999, para que as atribuições da CTIL sejam adequadas à realidade atual, incorporando também as atribuições delegadas à Câmara pelo Regimento Interno do CNRH, visando a consolidação de suas competências.

Com base nesses argumentos, submetemos a presente proposta de Resolução à avaliação do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, através de sua Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais.

Brasília/DF, 23 de abril de 2008

Márley Caetano de Mendonça  
Conselheiro Suplente  
Gerente da Secretaria Executiva do CNRH